

RIZZI, DANILO SERVILHA, *O ato de vontade das criaturas racionais em Santo Agostinho* [livro eletrônico], Paulus, São Paulo 2018. (Coleção E-books FAPCOM).

Introito

A obra em análise versa sobre um tema fulcral no pensamento do Bispo de Hipona: a vontade e suas relações com o livre-arbítrio, liberdade e graça divina. Todavia, o que a primeira vista, poderia parecer uma temática limitada ao âmbito da criatura humana, o autor surpreende, estendendo o tema para além da esfera humana, abrangendo não somente o Homem, mas também os seres racionais criados, segundo às Sagradas Escrituras, completamente desprovidos de matéria, e que são, portanto, formados de puro espírito, sejam, os anjos.

Para atingir seus fins – refletir sobre a vontade nas criaturas racionais, bem como, todos os elementos que gravitam em torno da mesma (livre-arbítrio, liberdade e graça) – a obra foi dividida de forma bastante simples, três capítulos, sendo um propedêutico que visa esclarecer alguns dos principais conceitos agostinianos que estão envolvidos na temática em questão; um segundo capítulo dedicado às criaturas angélicas, onde naturalmente, o ato volitivo dessas criaturas é abordado; e, por fim, um terceiro capítulo destinado à análise da vontade humana, bem como, as consequências morais dos seus atos provenientes do uso do seu livre-arbítrio. Neste último capítulo o autor ainda discorre sobre a necessidade da graça para restauração do estado do homem pós pecado original.

1. Gnosologia, livre-arbítrio e graça divina

Os principais temas abordados no primeiro capítulo são: a teoria do conhecimento, o problema do mal, livre-arbítrio e graça divina. Como se sabe, a teoria do conhecimento de Santo Agostinho tem início com seu debate filosófico com os Céticos Acadêmicos. Tal peleja acontece em sua obra filosófica *Contra Acadêmicos*, onde o Bispo de Hipona, demasiadamente trata de questões cruciais do seu tempo, como a sabedoria, a felicidade e Verdade. Todavia, apesar da importância desta

obra para o tema discorrido no capítulo da obra em análise, o autor preferiu não citá-la, limitando-se a abordar o tema apenas em sua superfície, sem se deter nas minúcias que estas questões exigem. Assim, a não menção do *Contra Acadêmicos* neste primeiro capítulo, nos deixa a impressão de uma lacuna a ser ainda preenchida, uma inserção que enriqueceria bastante o texto neste aspecto.

Em relação aos demais temas supracitados – mal, livre-arbítrio e graça –, parece atender bem ao que se propõe. Devido à relação estreita com a vontade (tema nuclear da obra em análise) a problemática do mal é abordada de forma bem mais consistente que o tópico anterior.

Encontrando a raiz da polêmica do mal no maniqueísmo, o autor além das fontes primárias, faz uso de três importantes comentadores de Santo Agostinho que discorreram sobre esta temática: o grande medievalista Etienne Gilson, com sua magna obra *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*; o pesquisador e exegeta Michel Tardieu com seu livro *O maniqueísmo e, por fim*; o professor Dr. Marcos Roberto Nunes Costa que muito contribuiu com o tema no Brasil através de suas obras *Maniqueísmo: filosofia e religião* e *O problema do mal na polêmica antimaniquéia de Santo Agostinho*. Infelizmente estas duas relevantes obras não foram trabalhadas no presente estudo. O autor optou por citar o também importante artigo “O problema da moral no sistema cosmológico/soteriológico necessitarista maniqueísta” do comentador em destaque Marcos Costa.

Destacamos três pontos altos no tópico em relevo: i) a questão do mal como supressão do Ser; ii) a identificação do mau uso do livre-arbítrio como sendo a real causa do mal e não a vontade em si; iii) a introdução da graça como elemento associativo à vontade para o estabelecimento do bem agir moral.

No que tange ao primeiro ponto, isto é, a determinação do mal como supressão do Ser, o autor desenvolve seu argumento fundamentando-se na premissa agostiniana de que “tudo o que é, enquanto é, é bom”. De outro modo, poderíamos dizer, que segundo Santo Agostinho, tudo o que foi criado por Deus, enquanto criatura existente e, portanto, pertencente à realidade, seja ela sensível ou inteligível, é necessariamente bom. Deste modo, sendo o Bem um atributo do Ser – haja vista que, “tudo o que é, enquanto é, é bom” –, o mal não pode ser ou ter existência própria, isto

é, o mal é puro não-Ser ou conforme o entendimento de Agostinho, uma carência ou defecção do Ser.

Com este argumento, o Santo Doutor refuta duas das principais aporias do seu tempo: a primeira, a improvável hipótese de Deus ser o autor do mal, uma vez que, sendo o mal uma “realidade” no mundo e, tendo Deus criado todas as coisas, logo seria Deus o autor e causa do mal no mundo; a segunda, a doutrina maniquéia que afirmava haver no universo um mal ontológico, coexistindo e duelando com o Bem/Deus em uma eterna batalha cósmica. Desta forma, o argumento agostiniano do mal como uma supressão do Ser, desconstrói ambas as hipóteses em sua raiz.

O segundo momento do capítulo está na defesa da premissa agostiniana de que a causa do mal não está na vontade-em-si, e sim, no mau uso que o homem faz do seu livre-arbítrio. Ora, em Santo Agostinho, livre-arbítrio se confunde com vontade, falar em livre-arbítrio é falar em livre-arbítrio da vontade, após exaustiva busca da origem do mal, o filósofo africano chega a conclusão de que o pecado ou mau moral das criaturas (homens e anjos) «provém do livre-arbítrio da nossa vontade» (p. 41).

Por fim, o terceiro elemento que destacamos neste primeiro capítulo diz respeito à graça divina. Para tratar desta questão o autor recorre ao comentador Etienne Gilson (2010) onde, sobejamente, apresenta a visão do medievalista francês acerca do tema. Dessa forma, fundamentado no pensamento de Gilson, apresenta um conceito de graça divina como sendo um «socorro sobrenatural às necessidades da natureza humana decaída». E continua: «É um socorro absolutamente gratuito do dom de Deus» (p. 44).

A partir de então, passa a analisar o problema da queda do homem no Jardim e a sua incapacidade para soerguimento por si só. Para isso, cita a epístola de São Paulo aos Romanos, onde o Apóstolo dos gentios confessa:

Eu sei que o bem não mora em mim, isto é, na minha carne. Pois o querer o bem está ao meu alcance, não porém o praticá-lo. Com efeito, não faço o bem que quero, mas pratico o mal que não quero. Ora, se faço o que não quero, já não sou eu que ajo, e sim o pecado que habita em mim. Verifico, pois, esta lei: quando quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta (Bíblia de Jerusalém, Romanos 7, 18-21).

Repare que São Paulo enfatiza nesta passagem, sua incapacidade total e absoluta para realização de qualquer ato moral de boa vontade, embora o desejo (apetite relacionado à vontade) não é capaz de realizá-lo, isto é, não é capaz de concretizar a boa-ação-moral, uma vez que a vontade (voluntas) humana foi afetada com o pecado original de Adão.

Desta feita, deriva a necessidade da intervenção divina por meio da graça. Esta, confere ao homem a capacidade de voltar novamente sua face ao Criador, reconciliando-se, deste modo, com o único Bem capaz de satisfazê-lo em sua completude. Assim é a graça divina atua de forma gratuita (isto é, não depende de mérito algum) sobre a vontade purificando-a e conferindo assim ao homem a capacidade de optar livremente pelo Bem.

2. O ato volitivo das criaturas angélicas

A segunda parte do livro é dedicada aos anjos, que segundo Santo Agostinho, foram os primeiros seres criados por Deus. Agostinho se baseia na passagem do livro do Gênesis onde se lê: «Deus disse: ‘Haja luz, e houve luz’» (Bíblia de Jerusalém, Genesis, 1, 3). Ora, os dois luzeiros, sol e lua, só foram criados posteriormente, então, que luz primordial seria esta, mencionado no Genesis? Para o Santo Doutor são os santos anjos.

Para o filósofo, essa luz é a criação dos anjos, pois eles participam da luz eterna que é a sabedoria imutável de Deus. As criaturas angelicais foram criadas em estado de graça, ou seja, tornaram-se luz por serem iluminadas pela graça provinda de sua participação no instante da criação (p. 49).

Todavia, apesar de serem criados naturalmente bons, segundo as Sagradas Escrituras, parte das criaturas angélicas se corromperam, mas qual a causa dessa corrupção? Como estes seres racionais, formados de puro espírito, que assistiam diante de Deus, contemplando a Glória do Altíssimo puderam optar pelo bem menor afastando-se do Bem Maior que é Deus? Esta questão espinhosa parece encontrar resposta no ato volitivo dessas criaturas. Segundo Rizzi, os anjos corrompidos, por serem livres: «utilizaram o ato de vontade que possuíam de maneira soberba, ufanando-se, bastando-se em si mesmo, [...] Desta maneira perderam o

estado de graça que possuíam, não permanecendo, portanto, unidos a Deus» (p. 56).

Entretanto, a resposta parece ainda não satisfazer por completo o problema apresentado, pois, se a causa do mal moral (pecado) está na vontade ou no livre-arbítrio, Deus seria então responsável direto pela entrada do mal no universo. Assim, Rizzi interpretando um trecho do Livre-arbítrio do Santo Doutor, cita: «A vontade em si é boa, o problema é o mau uso que os portadores dessa fazem. O mal é este uso e não a natureza de que ela provém» (p. 41). Com isto, a responsabilidade pela entrada do mal na Criação é retirada das “mãos” de Deus.

O autor dá mais um passo à frente ainda em relação a esta questão. Rizzi busca nos textos agostinianos, uma resposta para o que realmente deve ter acontecido para que a criatura pudesse fazer mau uso do seu livre-arbítrio, contrariando assim a ordem estabelecida por Deus durante o Ato Criador. Não é uma questão fácil de ser respondida, mesmo a genialidade de Agostinho parece ter estacionado neste ponto. Todavia, há “espaços”, ainda que obnubilados, em seus textos, que podemos nos embrenhar em busca de uma resposta.

A pergunta que norteia a inquietação, corresponde em determinar o porquê que a criatura preferiu a si mesma e não o Criador? Já se sabe que isso aconteceu devido o mau uso do livre-arbítrio, mas qual a causa eficiente deste mau uso? Um primeiro ponto a se analisar é que as criaturas são mutáveis por natureza, dessa forma, podem passar de um estado para outro (isto é, desde o princípio, a possibilidade de um desvio da moral já estava presente). Contudo, ao olharem para si, os anjos perceberam que eram belos (beleza advindo da participação com a Beleza Suprema), e, por concentrarem-se em demasia em si mesmo, viciaram sua vontade esquecendo-se do Criador (em outras palavras, afastaram-se do seu Princípio). Daí porque o mal é entendido por Santo Agostinho como privação ou supressão do Bem. «e se o anjo se afasta de Deus, torna-se impuro, (...) já não são luz no Senhor, mas eles próprios trevas, privados da participação da eterna luz. O mal, com efeito, não é uma natureza: a perda do bem é que recebe o nome de mal»

A resposta aproxima, mas não responde a inquietante perquirição sobre uma possível causa eficiente para o mau uso do livre-arbítrio da vontade. Nas palavras de Rizzi temos: «Não há, por parte das criaturas, uma causa eficiente para o problema da vontade que se volta para o mal»

(p. 60). A resposta parece-nos, a primeira vista, frustrante, mas Agostinho explica: «a vontade má não é uma eficiência mas uma deficiência (...) querer, portanto, descobrir uma causa desta defecção (...) é como se quisesse ver as trevas e ouvir o silêncio. São duas coisas que conhecemos (...) não na substância, mas na privação da substância» .

Ora, em que consiste a mais completa ausência de substância? No puro nada, no mais absoluto não-Ser! Assim, complementa Gilson: «a única resposta sincera que podemos dar a esta questão é que nada sabemos; não se trata de ignorarmos onde se encontra o verdadeiro responsável, mas de não podermos conhecer o que não é nada. Sciri enim non potest quod nihil est. Qual o sentido metafísico desta resposta?» .

3. O ato de vontade nos seres humanos

A análise do ato volitivo no Homem, inicia-se pela determinação daquilo que ele realmente é, ou seja, um composto de corpo e alma, sendo o corpo denominado homem exterior e sua alma homem interior. A partir deste ponto, o autor aos poucos vai aprofundando sua análise fazendo paralelo entre a natureza humana antes do pecado original (primordia naturae) e posterior a queda adâmica. Assim, cita Agostinho em seu Tratado da Graça: «A natureza do homem foi criada no princípio sem culpa e sem nenhum vício. Mas a atual natureza, com a qual todos vêm ao mundo como descendentes de Adão, tem agora necessidade de médico devido a não gozar de saúde» .

O que o Aclamado Bispo intenta é explicar que com a queda do homem, sua natureza (natura) não mais permaneceu naquele estado de retidão (justiça, verdade e santidade) a qual havia sido criada. Esta passou de ordenada ao Bem Superior, à ordenada aos bens inferiores, ou, em outras palavras, tornou-se uma natureza vazia e viciada, e teve como consequência, a corrupção de sua própria vontade. Assim, o homem foi capaz de cair sozinho, porém, não foi capaz de erguer-se por si só, se fez necessário um socorro, e a resposta Divina a esta situação foi a concessão da Graça.

Desta feita, tomando como base a já aqui mencionada Epístola paulina endereçada aos romanos (Rm 7, 18-21), Gilson comenta:

Posto que a vontade deseja o bem, então ela é por essência destinada a realiza-lo; não obstante, posto que ela é incapaz de realizar o bem que

ela deseja então há nela algo corrompido; nomeemos como causa dessa corrupção o pecado, e prescrevemos como remédio para ele, a Redenção do homem por Deus desenvolvida com a graça de Jesus Cristo.

Com isso, a atual situação da vontade humana, segundo o medievalista francês, pode ser assim esquematizada: i) a vontade deseja o bem; ii) a vontade é incapaz de realizá-lo; iii) logo, a vontade está corrompida. Assim, para reestabelecer a amizade entre o homem e seu Criador, a Graça surge como remédio capaz de sanar a desordem estabelecida no íntimo do ser humano, restaurar o seu ato volitivo ou sua boa vontade, reconduzindo-o dessa forma ao caminho de volta ao seu Princípio Ontológico – verdadeira liberdade e felicidade suprema do Homem.

Neste momento, cinco elementos necessitam ser postos em destaque: graça e vontade; fé e razão/inteligência. Em relação às duas primeiras, o homem precisa dispor a sua vontade à Vontade Divina para que a Graça nela atue e possa transformar o seu ato volitivo viciado (mal agir), num ato volitivo reto e honesto (bem agir), para que assim, a sua moral seja reconstruída pela Graça divina. Da mesma forma, em relação aos últimos elementos, a razão e a inteligência precisam sujeitar-se à fé, uma vez que esta, será a luz que conduzirá o homem em direção à sua liberdade plena, isto é, rumo à Sabedoria.

Por fim, a obra em análise é um texto introdutório ao ato volitivo das criaturas racionais, todavia, apresenta conteúdo indispensável a todos àqueles que se dedicam ao estudo da filosofia/teologia de Santo Agostinho. Concede a este campo de conhecimento uma contribuição relativamente boa, carecendo em alguns pontos específicos de maior aprofundamento. Contudo, abre o caminho para estudiosos e pesquisadores que desejam adentrar nesta instigante área do pensamento agostiniano. Pelos motivos aqui apresentados, indico a leitura da obra.

Prof. Dr. Antônio Pereira Júnior¹

¹ Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Filosofia Patrística e Medieval - LUMEN (UERN/FCRN) – Coordenador da Linha de Pesquisa Antiguidade Tardia e Filosofia Cristã. E-mail: apereirajunior@hotmail.com.